



INSTRUÇÕES PARA A PROVA DISCURSIVA

12 DE OUTUBRO DE 2018

1. **Aguarde a autorização** para a abertura do **CADERNO DE QUESTÕES**.
2. Este caderno contém **um tema** para dissertação e **3 (três)** questões.
3. O **CADERNO DE RESPOSTAS** contém **20 (vinte)** folhas pautadas e **5 (cinco)** folhas sem pauta para rascunho.
4. **NÃO** coloque fora do quadro de identificação, localizado na capa do **CADERNO DE RESPOSTAS**, qualquer sinal de identificação, sob pena de **ANULAÇÃO** da sua prova.
5. As **FOLHAS DE RESPOSTAS** serão numeradas **por você**, na sequência da utilização para cada questão. **Não utilize o verso das folhas em nenhuma hipótese**. Ao término de cada resposta, inicie a outra na primeira linha de folha separada com o reinício da numeração.
6. Necessitando de folhas suplementares, solicite à pessoa responsável pela sala (fiscal).
7. Os rascunhos **NÃO** serão considerados para nenhum fim.
8. É permitida a consulta à legislação desacompanhada de anotação ou comentário, **vedada** a consulta a obras doutrinárias, conteúdo de súmulas e orientação jurisprudencial. Poderá ser usada legislação sublinhada ou destacada com caneta marca-texto. A transgressão desta regra implicará a imediata **eliminação** do candidato.
9. A prova deve ser manuscrita, com utilização de caneta de tinta azul ou preta, indelével, de qualquer espécie, **vedado o uso de líquido corretor de texto ou caneta hidrográfica fluorescente**.
10. A prova terá a duração de **4 (quatro) horas** improrrogáveis.
11. O **CADERNO DE QUESTÕES** poderá ser levado pelo candidato somente **após** o encerramento do prazo de **4 (quatro) horas**, sendo que as questões serão divulgadas no **site** do tribunal.
12. A improbidade, indisciplina ou falta de decoro do candidato implicará a apreensão da prova e, a critério da Comissão de Concurso, a **ELIMINAÇÃO** do candidato do concurso.
13. Durante a realização da prova **não será permitido**, sob pena de eliminação, a utilização de telefone celular ou qualquer outro meio eletrônico de comunicação, bem como de computador portátil, inclusive “palms” ou similares.
14. Após a entrega das **FOLHAS DE RESPOSTAS**, o candidato **NÃO** poderá permanecer nos prédios de realização da prova.

BOA PROVA!

DISSERTAÇÃO

“Quando Oliver Wendell Holmes era Juiz da Suprema Corte, certa vez ele deu carona ao jovem Learned Hand, quando ia para o trabalho. Ao chegar a seu destino, Hand saltou, acenou para a carruagem que se afastava e gritou alegremente: ‘Faça justiça, juiz!’ Holmes pediu ao condutor que parasse e voltasse, para surpresa de Hand. ‘Não é esse o meu trabalho!’, disse Holmes, debruçado na janela. A carruagem então fez meia-volta e partiu, levando Holmes para o trabalho, que, supostamente, não consistia em fazer justiça”. (Dworkin, Ronald. A justiça de toga; tradução Jefferson Luiz Camargo; revisão da tradução Fernando Santos; revisão técnica Alonso Reis Freire. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p. 3)

A Constituição Federal brasileira completou 30 anos no último dia 5 de outubro. Seu artigo 3º estabelece os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, dentre os quais estão a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a garantia do desenvolvimento nacional; a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Ao longo desses anos, o Poder Judiciário tem sido provocado a dirimir conflitos relativos ao papel do Poder Público e a concretização do conteúdo da Constituição. Críticas têm sido elaboradas à atuação judicial.

A partir do texto acima e do citado dispositivo constitucional, elabore dissertação na qual expresse o seu entendimento quanto ao papel do juiz federal nesse contexto, expondo e analisando as críticas lançadas à atuação do Poder Judiciário. Aborde, também, a discussão sobre segurança jurídica e justiça.

QUESTÕES

Questão 1

Críticas lançadas sobre a Lei nº 12.529, de 2011, sustentam que esse diploma não viabiliza um controle efetivo, por parte do CADE, sobre (i) a aquisição de pequenas empresas pelas gigantes dos respectivos setores e (ii) os acordos verticais. Essas críticas são procedentes? Justifique.

Questão 2

Relativamente ao auxílio-reclusão (CF, art. 201, IV): i) é possível o indeferimento do benefício com base na alegação da descaracterização da situação de baixa renda, fundada na existência de sinais exteriores de riqueza ou de significativo patrimônio em nome do segurado, antes do seu recolhimento à prisão, ainda que comprovadas, no processo judicial, a vinculação ao Regime Geral da Previdência Social e a duradoura não percepção, pelo segurado, de rendimentos? ii) é admissível a concessão do benefício ao filho do segurado de baixa renda concebido após sua prisão e nascido no curso do encarceramento? Justifique.

Questão 3

No âmbito da cooperação jurídica internacional em matéria penal, aplica-se a regra da dupla incriminação? Responder explicitando os fundamentos da dupla incriminação e as espécies de cooperação jurídica internacional, indicando as situações e a extensão da medida. Exemplificar conforme o caso.